



RELIGIÕES E SUSTENTABILIDADE: CONCEITOS, ÊNFASES, AÇÕES

Religions and Sustainability: Concepts, Emphasis, Initiatives

Marcial Maçaneiro *

RESUMO: A relação entre religiões e sustentabilidade permite diferentes abordagens, seja pela diversidade religiosa, seja pelas variadas iniciativas no campo da educação, espiritualidade e promoção humana. Neste artigo, se optou por apresentar os *conceitos fundamentais* que norteiam a relação entre sustentabilidade e espiritualidade, as *distintas ênfases* que mobilizam o engajamento ambiental das religiões e, por fim, as *iniciativas religiosas e inter-religiosas* mais expressivas, dos anos 90 até o presente. Contudo, não se trata de uma apreciação quantitativa; mas de verificar a qualidade do compromisso religioso pela sustentabilidade, incluindo aspectos hermenêutico-teológicos: relação entre Criador, humanidade e Natureza, sustentabilidade e virtudes ecológicas, cuidado ambiental e espiritualidade, reconhecimento da Mãe Terra. Os resultados confirmam o despertar ecológico das religiões e seu engajamento ambiental, marcado pela articulação entre ecologia humana e ecologia ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Ação climática. Ecologia. Espiritualidade. Crise ambiental. Terra Mãe.

ABSTRACT: The relationship between religions and sustainability allows different approaches, whether by religious diversity or by various initiatives in the field of education, spirituality, and human promotion. In the present article, we chose to present the *basic concepts* that guide the relationship between sustainability and spirituality, the *different emphases* that mobilize the environmental engagement of religions and, finally, the most significant religious and inter-religious *initiatives* from the 1990s to the present. However, this is not a quantitative assessment; rather, it is a way to verify the quality of religious commitment to sustainability,

* Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

including hermeneutic and theological aspects: the relationship between the Creator, Humanity and Nature; sustainability and ecological virtues; environmental care and spirituality; and, recognition of Mother Earth. The results confirm the ecological awakening of religions and their environmental engagement, marked by the articulation between human ecology and environmental ecology.

KEYWORDS: Climate Action. Ecology. Spirituality. Environmental Crisis. Mother Earth.

Introdução

Tema relevante e de muitas interfaces, a relação entre religiões e sustentabilidade permite diferentes abordagens, seja pela diversidade confessional-religiosa, seja pela variedade dos campos de ação, como espiritualidade, educação, justiça ambiental, promoção humana, ação pelo clima, desenvolvimento sustentável e outros. Neste artigo, optamos por apresentar os *conceitos fundamentais* que norteiam a relação entre sustentabilidade e espiritualidade, as *distintas ênfases* que mobilizam o engajamento ambiental das religiões e, por fim, as *iniciativas religiosas e inter-religiosas* mais expressivas, dos anos 90 até o presente. Os dados provêm, sobretudo, do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (UNEP) – onde se listam as iniciativas religiosas e inter-religiosas em matéria socioambiental – e do Fórum Religiões & Ecologia da Universidade de Yale (FORE). Na reflexão tecida, os conteúdos são metodicamente organizados em dois tópicos: 1. Sustentabilidade e religião (para os conceitos fundamentais); 2. Religiões em prol da sustentabilidade (para as ênfases e iniciativas).

Contudo, não visamos a uma apresentação quantitativa, nem exaustiva. O que pretendemos é verificar a qualidade do compromisso religioso pela sustentabilidade, com suas ações plurais, atentos aos aspectos hermenêutico-teológicos ali implicados, como: relação entre Criador, humanidade e Natureza; sustentabilidade e educação às virtudes ecológicas; cuidado ambiental e espiritualidade; narrativas da Criação e reconhecimento da Terra como Mãe – segundo as diferentes cosmovisões. Quando o argumento solicita, nossa reflexão visita os textos sacros, ouve as narrativas míticas e acolhe a contribuição de autores recentes, em diálogo com o magistério pontifício, especialmente a encíclica *Laudato Si'* (LS). Os resultados confirmam o despertar ecológico das religiões e seu engajamento socioambiental, com uma agenda de ações marcada pelo triálogo religião-ciências-sociedade.

1 Sustentabilidade e religião

Em sentido amplo, a sustentabilidade se refere à vitalidade, preservação e perpetuidade das espécies na Terra, com seus ecossistemas e com suas

interconexões. Isso implica não apenas os laços biológicos e geográficos que ligam as espécies, mas também as condições comuns da biosfera, que os seres vivos partilham, em grande parte impactados pela habitação humana no planeta. A partir de Sachs (2002) e Boff (2012), o objetivo geral da sustentabilidade pode ser definido basicamente nesses termos: melhorar a qualidade do meio ambiente e preservar as fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações. Assim, a sustentabilidade se mostra simples em seus propósitos, mas complexa nas dimensões em que deverá realizar-se: ambiental, econômica, social, territorial, cultural, política, jurídica e ética – como lemos em Mendes (2009), Boff (2012) e Freitas (2012).

1.1 Da crise ambiental ao despertar ecológico

Esse conjunto de dimensões, acima exposto, reflete a *extensão inclusiva e interativa* da sustentabilidade, que é antes planetária que política, antes ecológica que econômica, partindo sempre da objetividade dos ecossistemas e biocenoses, sobre cujas condições vitais – como energia, nutrição, fecundidade e renovação – se estabelecem as sociedades humanas. Em termos simples: o planeta vive sem os humanos, mas os humanos não vivem sem o planeta.

Como alerta Giraud, a crise ambiental e climática agravou-se “nos últimos quarenta anos, especialmente nos países ocidentais”, onde se anuncia um “falimento escatológico” que afeta não só os ecossistemas, mas também as economias (2016, p. 51). Este cenário tem levantado muitos interrogativos sobre os modos de produção energética e alimentar; sobre as substâncias poluentes e seu controle; e sobre os padrões de consumo das populações. Para verificarmos a gravidade dessas questões, basta ler os recentes *Relatórios* globais sobre o *Desenvolvimento Sustentável* (PNUMA) e sobre as *Mudanças Climáticas* (UNEP): a Terra alcançou níveis perigosos de aquecimento, há escassez de água potável enquanto os glaciares de derretem, o clima manifesta desequilíbrio das estações, a produção de verduras, frutas e grãos é prejudicada pelas mudanças climáticas, acelera-se o ritmo de extinção de muitas espécies, as populações migram constrangidas pela crise hídrica e alimentar. Este agravamento da crise ambiental – com seu inegável ingrediente antropológico-social – levantou sérios debates sobre a economia de mercado, o paradigma tecnocrático e o uso de energia fóssil, sobretudo os derivados de petróleo. Três realidades, entre outras, convocadas a uma necessária “conversão ecológica”, no dizer de Papa Francisco (LS, n. 217).

Dessas realidades, a primeira (economia de mercado) é filha orgulhosa do mercantilismo colonial e do capitalismo moderno. Ainda forte com seus conglomerados financeiros nacionais e internacionais, está a acertar as contas com os descartes ambientais e humanos advindos da exploração natural e monetária, em vista de uma *economia ecológica* como diz Merico

(1996), que respeite as matrizes e os ciclos ambientais de toda produção energética, industrial e agropecuária. De fato, a Terra – com sua geologia, clima, fauna e flora – é a primeira gestora de recursos, como água, solo, minerais, fármacos e grãos, dos quais dependem as espécies, inclusive humana.

A segunda realidade (tecnocracia), tem sido avaliada como um “paradigma unidimensional” (LS, n. 106) pautado pela lógica instrumental: explorar-se sem renovar e usa-se sem reciclar, exacerbando o “antropocentrismo despótico” (LS, n. 68) que reduz a Criação a objeto útil, matéria dada à exploração, em grande parte com fins lucrativos. Neste sentido, a tecnocracia é um paradigma marcado pela cisão entre Humanidade e Natureza – o que tem exigido uma assertiva educação ambiental para o “despertar ecológico” não só das pessoas, mas também das Ciências e Tecnologias, como diz Pena-Vega (2005). Segundo este autor – na esteira do pensamento de Edgar Morin (1990) – a Ecologia “deve ser considerada como um princípio de complexificação do nosso próprio conhecimento” (2005, p. 41). O despertar ecológico das epistemes fomenta tecnologias de preservação, reciclagem e recuperação capazes de reter a exploração desmedida dos recursos naturais, com métodos de preservação e renovação. Com tais meios, espera-se minimizar os danos ambientais e garantir a perpetuidade da vida no planeta.

A terceira realidade (uso predominante de energia fóssil) tem sido avaliada como uma das causas da poluição e do aquecimento global, em decorrência da alta emissão de gases de efeito estufa, com seu dramático impacto sobre o clima. Isto pede uma urgente conversão da produção energética, passando da fonte fóssil às fontes de energia limpa (solar, eólica, biomassa etc.). Alguns países têm promovido esta conversão energética e instituído, em seus Governos, o Ministério da Transição Ecológica que atua pontual e transversalmente com os Ministérios da Economia, do Desenvolvimento e da Educação, entre outros. O cerne da transição ecológica é justamente “passar de uma sociedade fundamentalmente baseada nas energias fósseis para uma baseada nas energias renováveis”, como aponta Giraud, para quem tal processo nos instaura “uma oportunidade fantástica para mudar o nosso estilo de vida, aprendendo um estilo mais humano” (2022, p. 1).

1.2 O reconhecimento da Mãe Terra

Todas essas realidades da economia, das tecnologias de produção e das fontes de energia (expostas acima) estão imbricadas nas demandas da *sustentabilidade*, definida por Boff como

[...] o conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação dos seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a

reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões. (BOFF, 2012, p. 14).

Trata-se de uma noção planetária de sustentabilidade, que afirma a centralidade da *vida* no quadro espaço-temporal dos *ecossistemas* abertos ao futuro. A preocupação com as novas *gerações* reflete os perigos da crise ambiental para a própria humanidade – não isolada, mas conectada com as demais formas de vida – numa dinâmica de continuidade, expansão e realização, diante dos riscos de ruptura, extinção e degradação. A nomeação do planeta como *Mãe Terra* remonta à tradição crente e franciscana que Boff acessa, reverberando o que cantou Francisco de Assis em 1225: “Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã nossa, a mãe Terra, que nos sustenta e governa e produz diversos frutos, flores e ervas” (Cântico das criaturas).

Chamar a Terra de Mãe é reconhecê-la como *locus* e *domus* incontornável da vida que todas as espécies têm partilhado, ao longo de milhares de anos de evolução. De fato, a Terra é lugar (*topos*) e casa comum (*oikoumene*) das espécies, contempladas pela fé como criaturas, ou seja, dádivas do Criador, não valorizadas exclusivamente por sua utilidade aos humanos, mas detentoras de “valor intrínseco” (LS, n. 140).

Além disso, o apelativo *Mãe Terra* tem conotações orgânicas e matriciais – de planeta vivo e genitor – digno de respeito e cuidado, antes que descaso e exploração. Essas noções bebem da espiritualidade cristã da Criação, mas encontram expressões similares em outras tradições religiosas. O culto dos Orixás, por exemplo, reverencia Onilé, cujo nome engloba todo o “Ilê – a casa, o planeta” (PRANDI, 2002, p. 10). No mito, o supremo criador Olodumare a estabeleceu como “a mãe de todos, o abrigo, a casa” sem a qual “a humanidade não sobreviveria”, pois “tudo está na Terra: o mar e os rios, o ferro e o ouro, os animais e as plantas; até mesmo o ar e o vento, a chuva e o arco-íris: tudo existe porque a Terra existe” (2002, p. 10).

O Judaísmo, por sua vez, celebra as colheitas com este louvor: “A terra produziu o seu fruto: Deus, o nosso Deus, nos abençoa” (Sl 67,7). Além disso, há uma solidariedade profunda entre o ventre materno e o seio da terra:

Tu formaste os meus rins, tu me teceste no seio materno.
Eu te celebro por tanto prodígio e me maravilho com as tuas maravilhas!
Conheces até o fundo do meu ser:
Meus ossos não te eram ocultos quando fui modelado, em segredo,
tecido na terra mais profunda (Sl 139,13-15).

De seu lado, o Islã considera a Terra um sinal evidente (*ayat*) da bondade e poder do Criador. As Suras do Alcorão mencionam a variedade dos frutos,

a diversidade de animais, os ciclos da natureza e os padrões geológicos, motivo de admiração e agradecimento a Deus:

Um sinal para eles é a terra árida que vivificamos e da qual fazemos surgir os grãos com que se alimentam. Nela produzimos jardins de tamareiras e videiras; e dela fazemos brotar fontes, para que possais comer dos seus frutos e do quanto vossas mãos produzem. Acaso reconhecem? Glória Àquele que criou aos pares tudo o que a terra produz (ALCORÃO, 36,33-36).

Não vês que o Senhor faz descer do céu a água e, com ela, faz nascer frutos de cores variadas, e que entre as montanhas encontram-se aquelas de estratos brancos e vermelhos, bem como outras de cor negra como o corvo? E que entre os humanos, os répteis, os animais e os rebanhos há espécimes de cores variadas? (35,27-28).

Na América Latina, os povos centro-andinos reverenciam Pacha-Mama, entidade cuja mitologia se refere à perpetuidade da vida ao longo “do tempo (= *pacha*, na língua kolla)” – como observa Paredes (1920, p. 38). O tempo tem densidade experiencial, provado efetivamente pela conexão entre as estações e as colheitas, ao longo dos ciclos solar e lunar. Em quéchua o termo *pacha* carrega um sentido espacial, como lugar terreno da experiência do tempo; donde o seu significado de Planeta Terra (1920). Tempo largo vivido numa Terra larga, onde a vida encontra plenas condições de fecundidade, alegria, beleza e perpetuidade: *pacha* é a largueza do bem-viver. Já o termo Mama significa *mãe*, em solidariedade fonética com muitas línguas. Assim, Pacha-Mama sintetiza uma hermenêutica da vitalidade objetiva da Terra de abordagem conjuntiva: ao contrário da distinção metódica entre humanidade e natureza, presente na postura ocidental moderna, essa hermenêutica acolhe e aprofunda as relações da humanidade com a Terra, reconhecida como geradora e sustentadora da vida – da qual o ser humano participa ao lado de outros seres vivos. Acosta observa que – “ao contrário do que ocorre no mundo ocidental – para os povos autóctones a Pachamama não é uma simples metáfora: os indígenas identificam a Terra como uma mãe; eles têm um relacionamento muito estreito com ela” (ACOSTA, 2018, p. 1). Apesar dos “quinhentos anos de colonização” que afetaram o mundo indígena com “as lógicas do capitalismo, do individualismo, do consumismo e do produtivismo”, há muitas comunidades “que organizam sua vida social, política, econômica e cultural em torno de noções como Pachamama e Sumak Kawsay [bem viver]” (2018, p. 1).

Do ponto de vista das religiões, reconhecer a Terra como Mãe não é uma retórica, mas uma poética resultante da *relação sagrada* com a Natureza. Ora valorizados em testemunho do Criador, ora portadores de atributos divinos, conforme às distintas religiões, a Terra e os Céus ambientam uma experiência espaço-temporal de conexão com a totalidade da vida, no curso das gerações. Para muitos povos originários, aliás, a Terra não apenas contém a vida, mas é a vida em sua manifestação orgânica, plural,

dinâmica e interconexa. Esta compreensão da Terra como criatura e organismo – efetiva *casa comum* das variadas formas de vida, com as quais a humanidade se conecta com suas qualidades próprias de racionalidade-espiritualidade-corporeidade – é relevante para as religiões: manifestação do poder e bondade do Criador, lugar teológico e hermenêutico para o saber e o agir humanos, espaço vital em que se dão o trabalho e a adoração, nascedouro de espiritualidades integradoras. Os Céus e a Terra falam do Criador e das criaturas, na sucessão milenar dos dias e das noites:

Os céus narram a glória de Deus,
e o firmamento proclama a obra de suas mãos.
O dia entrega a mensagem ao outro dia,
e a noite a faz conhecer a outra noite.
Não há termos, não há palavras,
Nenhuma voz que deles se ouça;
e por toda a terra a sua linha aparece
e até aos confins do mundo, a sua linguagem (Sl 19,2-5).

Esta conexão vital e hermenêutica da humanidade com a Terra é anterior à abordagem disjuntiva e industrial da Modernidade, e tem sobrevivido no campo das experiências e linguagens religiosas, com suas semânticas e códigos de conduta (MAÇANEIRO, 2011). Hoje mais que nunca, nos parece promissor revisitar as antigas narrativas da Criação – com seus mitos e ritos – não para nos refugiar no passado pré-moderno, mas para nos inspirar, colher aprendizados e referenciar o futuro, superando aquela fragmentação epistêmica e prática da disjunção humanidade/natureza com uma postura conjuntiva, responsável e cuidadora perante a Criação.

Com efeito, todas as religiões, na sua variedade, expressam o vínculo entre a Divindade, a humanidade e a Terra com elementos relevantes para uma comprometida espiritualidade ecológica: reconhecimento da sacralidade da natureza; celebração do tempo e das estações; respeito pelo solo, as sementes e as chuvas, com períodos de repouso e regeneração da terra; ação de graças pelas primícias de colheitas e de rebanhos; ritos memoriais e de cura conforme aos ciclos solar e lunar; demarcação de águas, matas e montanhas sagradas; reconhecimento do valor intrínseco das criaturas; contemplação da totalidade cósmica e dos vínculos entre o Céu e a Terra; estabelecimento de códigos para preservação das fontes, da fauna e da flora, segundo seus ritmos de regeneração; partilha ritual dos alimentos como ação de graças ao Criador e prática de justiça comunitária.

1.3 Responsabilidade ambiental e virtudes ecológicas

A milenar relação entre religiões e sustentabilidade, mencionada acima, é material e culturalmente dada, mas nem sempre visível ao olhar desatento e secularizado. Em âmbito cristão, o tema ganhou atenção da Teologia a partir dos anos 70, com a *ética ecológica* de Bernhard Häring (1984), a

doutrina ecológica da Criação de Jürgen Moltmann (1993), os ensaios sobre *ecologia e espiritualidade libertadora* de Leonardo Boff (2004), sem esquecer a influência da *espiritualidade telúrica* de Teilhard de Chardin (1986 e 1994), o alcance religioso da *nova compreensão dos sistemas vivos* de Capra (1998) e o apelo à *responsabilidade ambiental das religiões* feito por Hans Küng (2001). Este último explicitou ética e teologicamente a noção de *responsabilidade ambiental*, permitindo uma interface religiosa com a *sustentabilidade ambiental* assumida pela Organização das Nações Unidas (ONA) em 1987, depois integrada aos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), desde 2015.

No seu *Projeto de ética mundial* – publicado originalmente em 1990, na Alemanha – Küng discorre sobre a “reponsabilidade planetária” das religiões na esteira do “princípio responsabilidade” de Jonas, pensando justamente “na crise de energia, no esgotamento da natureza e na expansão demográfica” (KÜNG, 2001, p. 52). Ele tem em mente o saber milenar das religiões como acervo aberto ao futuro, que permite aos sujeitos “preservar, promover e realizar a sua condição de ser humano”, em vista de “uma sociedade a mais humana possível, para um meio-ambiente o mais íntegro possível” (KÜNG, 2001, p. 53). Em plena década de 90, Küng já dizia que “as possibilidades em termos de humanismo são maiores do que o são de momento” (2001, p. 53) – intuindo o futuro agravamento da crise socioambiental como risco, mas também como oportunidade de aprendizado e amadurecimento humanos. “Nesta medida [prosegue o autor] o realista princípio da responsabilidade está ligado com o ‘utópico’ princípio da esperança (Ernst Bloch)” (KÜNG, 2001, p. 53).

Embora esteja atento ao meio-ambiente, Küng não elabora, nesta obra, uma reflexão ecológica, mas sim ética e antropológica, focada na pessoa humana como sujeito crente, no quadro universal das religiões. Podemos dizer que é uma reflexão ético-antropológica de alcance socioambiental, comprometida com a *intelligentia fidei* da Revelação cristã, em diálogo com as demais religiões. Neste sentido, Küng revê os objetivos do percurso humano na Terra à luz da transcendência divina e da inteligência humana: critica toda sorte de indiferença pelo outro, pela natureza e pelo mundo; rejeita o lucro como fim do desenvolvimento e o conseqüente descarte de seres humanos marginalizados; alerta sobre os riscos de uma Ciência e Economia desumanizadas; reivindica o “propósito público” da ética em face do narcisismo e individualismo modernos (KÜNG, 2001, p. 53-55).

Como antídoto ao narcisismo, consumismo e cientificismo – portadores de reducionismos e desumanização – Küng propõe o “agir ético” que conjuga *realização* e *abnegação* como atitudes básicas de “uma nova ética fundamentada no cuidado pelo futuro e no temor e respeito diante da natureza” (2001, p. 52). Cuidar do futuro significa dimensionar o presente com o dever, aguçando o senso de responsabilidade por cada ato e suas

consequências, para sermos justos com as próximas gerações. Já o “temor e respeito” pela natureza evocam a sacralidade da Criação, com suas diferentes nuances nas variadas religiões, como atitude humana de assombro e reverência pelas belezas e potências naturais.

Do ponto de vista ético-religioso, a realização humana se guiará pela responsabilidade pelo outro e pela Criação – como ensinam as religiões – com a virtuosa “abnegação” ou “auto-restringimento” dos próprios poderes e pretensões, em benefício da sobrevivência da vida humana e planetária “tanto hoje, quanto no futuro” (KÜNG, 2001, p. 52). “Autodeterminação e abnegação não precisam excluir-se: para a organização de um mundo melhor necessitamos de *identidade e solidariedade*” (KÜNG, 2001, p. 54).

De fato, a identidade humana e a solidariedade para com as demais formas de vida confluem no cuidado ambiental, especialmente sob o signo da dádiva: somos agraciados pelo Criador (invocado com muitos Nomes) com o dom da vida, numa casa comum repleta de sustento, energia e beleza, ao lado de milhares de outros seres vivos, envoltos na extensa teia das conexões bióticas. Distintos de um lado, solidários de outro, representamos a face reflexiva da biosfera, sem romper com a teia que nos faz participantes do destino biocenótico da Terra. Daí a força propositiva da *abnegação* ou *auto-restrição* como virtudes ecológicas a curar toda arrogância, imposição e pretensões de domínio unilateral da humanidade sobre as demais espécies, em benefício da vida planetária. Passar da lógica da *posse* e da *exploração* para a lógica do *dom* e do *cuidado* constitui o cerne da conversão ecológica.

A esta direção já apontavam as críticas de White sobre *as raízes da crise ecológica* (1967), bem como Häring (1984) ao incluir o meio-ambiente na reescrita da moral cristã, à luz do “cultivar e guardar” de Gênesis 2,15. Na longa recepção do Concílio Vaticano II – que afirmou a “consistência, bondade e verdade” da Criação (GS, n. 36) – os Papas Paulo VI e João Paulo II também apontaram a uma revisão de paradigmas que abrisse campo às virtudes ecológicas. Paulo VI acusou a “exploração imponderada da natureza [pelo ser humano]” (OA, n. 21) e alertou sobre “a necessidade de uma mudança radical no comportamento”, para que “os progressos científicos, invenções técnicas e desenvolvimento econômico” estivessem “unidos ao progresso social e moral” (AAS, v. 62, p. 833). João Paulo II advertiu sobre os riscos ambientais do “consumo imediato” (SRS, n. 34) e assinalou que cuidar da Criação requer mudanças profundas “nos estilos de vida, nos modelos de produção e de consumo, nas estruturas consolidadas de poder, que hoje regem as sociedades” (CA, n. 58). Na esteira deste magistério, Bento XVI observou que numa cultura em que “nós mesmos somos a última instância” – reduzindo todo o mais à “nossa propriedade” com ganas de “consumirmos somente para nós mesmos” – acelera-se o “desperdício da criação”, movido pela cegueira humana:

“já não reconhecemos qualquer instância acima de nós, mas vemo-nos unicamente a nós mesmos” (BENTO XVI, 2008).

A encíclica *Laudato Si'* recolhe o magistério anterior e se lança adiante, convocando a sociedade, os governos, as ciências e religiões para o cuidado da Casa Comum, a Terra (LS, n. 14, 176-188, 199-201). Em convergência com a proposta de Küng sobre a *auto-restrição* humana para a sustentabilidade ecológica (KÜNG, 2001, p. 52), Papa Francisco propõe o que Fernández (2016) identifica como “a alternativa da auto-transcendência” (2016, p. 90): superar o individualismo para cultivar um estilo de vida sustentável, em atenção a todas as criaturas. Assim, a ascese da auto-restrição de Küng encontra uma correspondente positiva na auto-transcendência preconizada por Papa Francisco:

Sempre é possível desenvolver uma nova capacidade de sair de si mesmo rumo ao outro. Sem tal capacidade, não se reconhece às outras criaturas o seu valor, não se sente interesse em cuidar de algo para os outros, não se consegue impor limites para evitar o sofrimento ou a degradação do que nos rodeia. A atitude basilar de se auto-transcender, rompendo com a consciência isolada e a auto-referencialidade, é a raiz que possibilita todo o cuidado dos outros e do meio-ambiente; e faz brotar a reação moral de ter em conta o impacto que possa provocar cada ação e decisão pessoal fora de si mesmo. Quando somos capazes de superar o individualismo, pode-se realmente desenvolver um estilo de vida alternativo e torna-se possível uma mudança relevante na sociedade (LS, n. 208).

Afinal, necessitamos “superar a ansiedade doentia que nos torna superficiais, agressivos e consumistas desenfreados” (LS, n. 226). Para tanto, Papa Francisco sublinha o “cuidado dos outros e do meio-ambiente” como “atitude basilar” da sustentabilidade; atitude enraizada numa “decisão” de impacto não só pessoal-moral, mas também social-transformador, capaz de “desenvolver um estilo de vida alternativo” (LS, n. 208). A meta é prospectar – mediante a educação, a espiritualidade e a corresponsabilidade – um futuro viável para a humanidade e a vida planetária, como dito na Carta da Terra:

Como nunca, na história, o destino comum nos obriga a procurar um novo começo [...]. Que o nosso seja um tempo que se recorde pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pela firme resolução de alcançar a sustentabilidade, pela intensificação da luta em prol da justiça e da paz, e pela jubilosa celebração da vida (Carta da Terra *apud* LS, n. 207).

Para tanto, Papa Francisco pontua uma série de virtudes ecológicas que – cultivadas pelos sujeitos e suas relações – desdobram a auto-transcendência em atitudes e gestos cotidianos: sobriedade, humildade, integridade, alegria, apreço pelo outro, paz, fraternidade, serviço, coragem, equilíbrio, harmonia, serenidade, capacidade de admiração e de contemplação (LS, n. 223-225).

1.4 Sustentabilidade ambiental e espiritualidade

O projeto de K ung para a responsabilidade ambiental das religiões, visto acima, reflete uma tomada de consciência ecológica em curso desde os anos 70 e responde ao apelo das Na es Unidas sobre a sustentabilidade ambiental, lançado entre os anos 80 e 90. Naquelas décadas, John Elkington (2011) foi pioneiro na concep o da sustentabilidade como um tripé – sustentabilidade “ambiental, social e econ mica” (2011) – donde se depreendem outras dimensões, como dissemos: territorial, cultural, política, jurídica e  tica (MENDES, 2009; BOFF, 2012; FREITAS, 2012). A partir de 1987, a ONU coordenou e publicou os primeiros relatórios da então Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento. O chamado *Relatório Brundtland* (1987) abriu um processo crescente de pesquisa, discussão e delibera o entre os países-membro, incrementado pelas sucessivas C pulas do Clima (COP, *Conference of Parties*) a partir de 1992, quando se criou a Conven o-Quadro das Na es Unidas sobre Mudança Climática. Mais conhecidas pela sigla COP, as Conferências das Partes sobre o clima tiveram 27 edi es, sendo a mais recente em 2022, no Egito (COP27).

  neste quadro internacional de aten o   crise socioambiental, com foco crescente no aquecimento global e suas consequências, que entra em a o – de 1972 até nossos dias – o Programa das Na es Unidas para o Meio-Ambiente (PNUMA, sigla em inglês UNEP). Este Programa se beneficia estrategicamente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (sigla em inglês IPCC), cujo *Relatório* mais recente foi publicado em 2022 (IPCC, 2022).

Deste longo debate sobre a sustentabilidade ambiental no âmbito da ONU, destacamos a *Resolu o* da Assembleia Geral de 2008: “promover o diálogo inter-religioso e intercultural, o entendimento e coopera o para a paz” (PNUMA, 2008/a). Dentre outras a es, desta resolu o nasceu a plataforma *Faith for Earth* (PNUMA, 2008/b), que anima, oportuniza e articula inúmeras a es socioambientais das religiões, como as que apresentaremos em t pico adiante.

O PNUMA assumiu e integrou a *sustentabilidade ambiental* entre os 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável (ONU/ODS, 2015). Destes, os ODS 2, 6, 7, 13 e 15 tratam diretamente da sustentabilidade:

[2] Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutri o e promover a agricultura sustentável

[6] Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

[7] Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível   energia, para todos.

[13] Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.

[15] Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade.

No tripé do desenvolvimento sustentável (meio-ambiente, sociedade e economia), a sustentabilidade ambiental pode ser considerada uma prioridade, por afetar o presente imediato e comprometer o futuro da vida na Terra. E com razão, considerados os *Relatórios* globais já mencionados, sobre o desenvolvimento e as mudanças climáticas: nos últimos trinta anos, os índices indicadores do consumo energético, emissão de gases de efeito estufa, geração de resíduos e consumo de matérias (renováveis ou não) estampam um quadro alarmante, no qual o meio-ambiente está gravemente ameaçado pelos nossos modos de produzir, consumir e descartar.

Esses índices já tinham sido prognosticados por estudos anteriores, como de Lorek & Fuchs (2011), a indicar que a humanidade consome cerca de 40% a mais de recursos do que a natureza é capaz de repor. Os fatos são eloquentes e a pressão sobre os ecossistemas, evidente: além da crise hídrica e os efeitos danosos da mudança climática sobre as florestas e plantações, as reservas naturais de petróleo estão se esgotando rapidamente. Neste cenário, toda pessoa e comunidade, sociedade organizada e governo, saber e credo, são convocados a refletir, decidir e implementar ações de sustentabilidade ecológica e ambiental¹.

Ações de sustentabilidade não se improvisam, mas solicitam políticas públicas adequadas, investimento financeiro e engajamento da sociedade. Solicitam ainda uma educação ambiental permanente que – no nível da consciência e das convicções – pode beneficiar-se de uma espiritualidade atenta à Criação, que vincule ação e contemplação, ética e estética, sujeito e comunidade. Não por acaso, Papa Francisco traz Educação e Espiritualidade no mesmo capítulo VI de sua encíclica *Laudato Si'* (n. 202-245), a partir do diálogo das “religiões entre si – e com as ciências – visando o cuidado da natureza, a defesa dos pobres, a construção de uma trama de respeito e de fraternidade” (LS, n. 201).

Além de Papa Francisco, a contribuição das religiões à sustentabilidade tem sido sublinhada por Boff (1993), Leis (1999), Gore (2008), Tamayo (2011), Barros (2011) e Moltmann (2011), sem esquecer Murad (2016). Neste sentido,

¹ Veiga (2005) e as Nações Unidas (ONU/ODS, 2015) propõem ações, como: diminuir a geração de resíduos, praticar a reciclagem de materiais, preservar fauna e flora, restringir emissão de gases com efeito estufa, proteger ecossistemas, utilizar fontes alternativas de energia (biotérmica, eólica, solar), consumir água com responsabilidade, minimizar a poluição, criar e/ou revitalizar áreas verdes nas cidades, planejar melhor a ocupação humana dos espaços, promover a educação ambiental, fomentar Conselhos e Fóruns ambientais com participação democrática.

Cáceres Aguirre argumenta a favor de uma “mística da sustentabilidade” a cultivar-se “dia a dia, mediante uma espiritualidade da sustentabilidade [...] de visão prospectiva, de otimismo escatológico”, que nos “convida a projetar o futuro desejado e, ao mesmo tempo, a saber degustar as coisas internamente (Inácio de Loyola)”, mergulhados no “tudo em tudo” da Criação (2011, p. 60). Falando como crente, o autor não propõe um novo panteísmo, mas dimensiona a teologia cristã da Criação pela hospitalidade da Casa Comum, onde todas as criaturas e religiões se encontram:

Pois grande parte da sabedoria para conviver no *oikos* se apresenta nas características de diversas espiritualidades, algumas emergentes, outras ancestrais, cujo ponto de convergência é a comunhão com tudo o que foi criado e com o Deus Criador (CÁCERES AGUIRRE, 2011, p. 60).

Enquanto o encontro das religiões e dos saberes prospecta esta mística aberta ao futuro, quais as características que o presente lhe aponta? – Cáceres Aguirre responde: “A mística da sustentabilidade [...] é uma mística da biodiversidade e da *koinonia*. Mística da simplicidade e da austeridade. Mística da alteridade e do serviço. Em síntese, é uma mística pascal e resiliente” (2011, p. 60).

A relação entre biodiversidade e *koinonia* (coabitação ou comunhão) nos convida “a reconhecer a conexão de tudo com tudo e a integrar sinergias, articular energias e valorizar cada uma das partes [da biodiversidade], inclusive a mais minúscula e oculta” (2011, p. 62), para potencializar as expressões comunitárias de vida, de cultura e de meio-ambiente, como: “uso de fontes energéticas não-convencionais, sistemas de agricultura biológica, ações populares em defesa dos direitos coletivos e do ambiente”, impulso a “uma economia que seja solidária também com a Criação”, reeducação “diante do excesso de consumo”, com fomento da “sustentabilidade a partir da comunhão” dos “seres humanos entre si e com tudo o que foi criado” (2011, p. 62).

Quanto à simplicidade e austeridade, visam “à redução do consumo” para “viver mais e melhor, com menos”, estimulando uma cultura da felicidade “mais qualitativa que quantitativa”, com relações sociais e econômicas ressignificadas pela “austeridade ecológica”, de modo que “ninguém seja excluído, nem descartado” (2011, p. 62-63).

A alteridade e o serviço, por sua vez, partem do reconhecimento do Planeta como “interlocutor válido”, de cujos ciclos, arranjos e dinâmicas podemos “aprender”; o que inclui a “ecosofia”, ou seja, o “ser amigo da água, da terra, do ar, da fauna e da flora” (2011, p. 63). Desta amizade chega-se a “uma diaconia da Criação” pautada pela “solidariedade” das “experiências comunitárias profundas” (2011, p. 63). Em resumo: “a alteridade e o serviço são veredas para gerar uma nova cultura, a partir de baixo [humildade] e a partir de dentro [profundidade]” (2011, p. 63).

Por fim, Páscoa e resiliência afirmam o predomínio da vida sobre a morte, da paz sobre a violência, da regeneração sobre a degradação, não apenas em perspectiva moral-espiritual, mas também vital-ecológica. De fato, “os ecossistemas que, por exemplo, são queimados, pouco a pouco se restauram”, semelhantes às “pessoas que superam campos de concentração, temporadas de sequestro e infames perdas” (2011, p. 64). Na Criação se manifesta “o Deus que extrai vida inclusive da morte” (Idem, 2011, p. 64). A Páscoa nos permite assumir e consagrar as realidades feridas pelo “mal, a enfermidade e a morte”, onde está “a escória, o lixo e o descartável [...], para abrir caminhos de outra forma de cultura: reusar, reciclar, valorizar” (2011, p. 64). Assim, ressurreição e resiliência informam a inteligência, os afetos e as relações humanas, num aprendizado crítico e propositivo sobre a vida na Terra, em comunhão com o Criador e as criaturas.

2 Religiões em prol da sustentabilidade

Neste segundo tópico, consideramos as ações religiosas em prol da sustentabilidade. A partir de uma pesquisa prévia sobre o empenho das religiões pela causa ecológica em Maçaneiro (2011, p. 185-193), ampliamos e atualizamos nossos dados com as informações e iniciativas elencadas no FORE e no UNEP – nomeado em português como Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (PNUMA). Observamos que a lista de ações religiosas e inter-religiosas pela ecologia se incrementa a partir dos anos 90, com três ênfases:

Ênfase 1 – Religião, Meio-ambiente e Água

Ênfase 2 – Justiça, Paz, Diálogo de civilizações e Meio-ambiente

Ênfase 3 – Mudanças climáticas, Saúde e responsabilidade planetária

Os temas contemplados em cada Ênfase muitas vezes se cruzam; e assim expressam novos patamares de problematização e complexidade, na imbricação entre ecologia humana e ecologia ambiental. As imbricações e cruzamentos temáticos expressam também a crescente conscientização pessoal e social a respeito da Ecologia, verificada no campo de estudo, ação, relacionamento e avaliação das várias iniciativas, com suas respectivas instituições promotoras (listadas a seguir).

Na Ênfase 1, o desafio dos poluentes e do acesso à água potável interagem com os Direitos Humanos e a geopolítica do desenvolvimento mundial. Na Ênfase 2 a salvaguarda da Criação, com seus fundamentos teológicos, interage com Justiça e Paz, mediadas, por sua vez, pelo diálogo das civilizações. E na Ênfase 3, cronologicamente mais recente, destaca-se a crise climática em decorrência do aquecimento global, com suas consequências para a saúde e a alimentação das populações, na esteira da COP25 (Madrid, 2020), COP26 (Glasgow, 2021) e COP27 (Sharm-el-Sheik, 2022).

2.1 Realizações por ênfase

Apresentamos aqui uma lista das realizações mais significativas, sem a pretensão de fazer um inventário completo. Este registro pode servir como passo inicial para um *status quaestionis* sobre religiões, ecologia e sustentabilidade, cujos dados podem ser continuamente atualizados por período (meses, semestres ou anos) com ajuda do FORE e do PNUMA (*Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente*). Notemos que praticamente todos os aspectos da sustentabilidade ambiental são contemplados, direta ou indiretamente, pelas iniciativas religiosas, nas três Ênfases:

Ênfase 1 – Religião, Meio-ambiente e Água

- Fórum Global de Líderes Espirituais e Governamentais sobre Questões Ambientais: Oxford 1988, Moscou 1990, Rio de Janeiro 1992, Kyoto 1993.
- Encontro sobre Ética Global de Cooperação das Religiões para as Questões Humanas e Ambientais, promovido pelo Parlamento Mundial das Religiões: Chicago 1993.
- Assembleias do Parlamento Mundial das Religiões com temas ambientais: Cidade do Cabo (África do Sul) e Barcelona (Espanha), 1994.
- Seminário sobre Meio Ambiente, Cultura e Religião, patrocinado pelo Governo do Irã com apoio do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente): Teerã, 2001.
- Simpósio Internacional sobre Religião, Ciência e Meio-Ambiente, com ênfase na gestão de recursos hídricos na Europa e Países do Ártico, liderados por Bartolomeu I – patriarca de Constantinopla: 2003.
- Simpósio Internacional sobre Religião e Água, ao longo do Rio Amazonas e seus afluentes, liderado por Bartolomeu I – patriarca de Constantinopla: Amazônia, Brasil, 2005.
- Parlamento Mundial das Religiões, assembleia com o tema “Ouvir uns aos outros e curar a Terra”: Melbourne, 2009.
- Rede Ecumênica da Água (REDA Internacional): organizada no Brasil desde 2019.

Ênfase 2 – Justiça, Paz, Diálogo de civilizações e Meio-ambiente

- Assembleia Ecumênica Mundial de Seul, Conselho Mundial de Igreja e representantes do PNUMA, sobre “Justiça, Paz e Salvaguarda da Criação”: Seul 1990.
- Assembleia Ecumênica de Camberra “Vem, Espírito Santo e renova toda a Criação”: Camberra 1991.

- União Internacional para a Conservação da Vida, realizou painel mundial sobre “Espiritualidade e Conservação da Vida”: Barcelona 2009.
- Cruz Verde Internacional para Emergências Ambientais, reúne líderes religiosos, políticos e diplomatas (desde 1992).
- Diálogo Planetário sobre Globalização “Seria a ética o elo perdido?": Lyon 2002, Barcelona 2004, Brisbane 2006.
- Encontro sobre Meio-Ambiente, Paz e Diálogo de Civilizações e Culturas, patrocinado pelo Governo do Irã com apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (PNUMA): Teerã, 2005.

Ênfase 3 — Mudanças climáticas, saúde e responsabilidade planetária

- Manifesto Inter-Religioso de Uppsala sobre Aquecimento Global, 2008.
- Declaração Inter-Religiosa sobre Mudanças Climáticas: 2009.
- Declaração dos Povos Indígenas (autóctones) sobre Mudança Climática, pela *International Network of Mountain Indigenous Peoples*, Buthan, 2014.
- Publicação da encíclica *Laudato Si'* sobre a Casa Comum: Papa Francisco, 2015.
- Parlamento Mundial das Religiões, Convocação “Abraçando nosso futuro comum” sobre iniciativas para a solução da crise climática, 2015.
- Rede Internacional *Green Faith*: Declaração “Povo Sagrado, Terra Sagrada” sobre ética, bem comum, proteção das pessoas vulneráveis, energia e mudança climática, 2015.
- Conferência Islâmica Mundial sobre o Clima: Istambul, 2015.
- Declaração Islâmica sobre Mudanças Climáticas, 2015.
- Declaração Budista sobre Mudanças Climáticas, 2015.
- Declaração Hinduísta sobre o Clima, 2015.
- Campanha da Fraternidade Ecumênica: Casa Comum, nossa responsabilidade, 2016.
- Declaração Rabínica sobre Crise Climática, 2017.
- Parlamento Mundial das Religiões: *Carta às Nações* para que seus líderes reafirmem o compromisso com a agenda da COP24 a respeito das mudanças climáticas, 2018.
- Declaração Baha’i sobre o Clima, 2019.
- Declaração Jainista sobre o Clima, 2019.
- Sínodo para a Amazônia, convocado por Papa Francisco: Cidade do Vaticano, 2019.

- Seminário Fé e Ciência — Rumo à COP26, promovido por Papa Francisco: Cidade do Vaticano, 2021.

- Declaração de Jerusalém sobre o Clima (*Jerusalem Interfaith Climate Declaration*), resultado da Conferência Inter-religiosa sobre Mudança Climática em preparação da COP27: Jerusalém, 2022.

As três Ênfases somam iniciativas da fé baha'i, budismo, cristianismo, hinduísmo, islamismo, jainismo, judaísmo e religiões tradicionais (povos autóctones). Algumas ações se operam ecumenicamente (Conselho Mundial de Igrejas, por exemplo), outras em cooperação inter-religiosa (Parlamento Mundial das Religiões, por exemplo), com participação mais extensa: Confucionismo, Xintoísmo, Zoroastrismo etc. Ainda que este inventário não seja exaustivo, indica o nível de compromisso das religiões pela sustentabilidade e ecologia, com destaque para iniciativas coletivas, entre Igrejas, religiões, governos e ciências. Isso sinaliza uma consciência aberta ao diálogo, à diversidade cultural e religiosa, às dimensões planetárias da sustentabilidade, articulando ecologia humana e ecologia ambiental.

2.2 Instituições, campanhas e plataformas de “faith-based engagement”

As ações acima são classificadas pelo PNUMA como *faith-based engagement* em campo ecológico e socioambiental: engajamento baseado na fé, ou na religião em sentido amplo e plural. À frente das iniciativas há uma série de instituições, campanhas e redes – sustentadas por uma instituição religioso-confessional, por organizações inter-religiosas ou por iniciativas de parceria entre religiões, governos e centros de conhecimento, como Universidades e Institutos de Pesquisa. O PNUMA nos informa as seguintes iniciativas (*apud* PNUMA/COP27, 2022):

- Movimento Hindu pela Mãe Terra
- Sociedade Islâmica de Norte-América para a Ecologia (*ISNA Green Initiative*)
- Projeto Ambiental Brahma Kumaris
- União Quaker pela Paz, Justiça e Clima
- Movimento *Faith Plans* pelos Povos e o Planeta
- Convocação Judaica *Dayenu* para a Ação Climática
- Operação Noé (*Operation Noah*) – Fé, Ciência e Esperança: resposta cristã à crise climática
- Campanha *Bright Now* para Igrejas com selo *fossil-free* em promoção da energia limpa, especialmente de fonte solar

- Resposta Religiosa Australiana à Crise Climática (sigla em inglês ARRCC).
- Instituto Ambiental Sul-Africano das Comunidades de Fé (sigla em inglês SAFCEI)
- Rosto de Deus (*Face of God*): Iniciativa Greco-Ortodoxa pelo Clima.
- Ação Climática do Parlamento Mundial das Religiões (*Parliament of the World's Religions Climate Action*)
- Movimento Inter-Religioso *Green Faith* para um Futuro Justo e Sustentável.
- Ministério da Terra do Movimento Unitárioano Universalista (sigla em inglês UUMFE).
- Coalizão Inter-Religiosa *Faith for Ecocide Law* pela Legislação do Eco-cídio: campanha inter-religiosa, com participação das tradições nativas ancestrais, pela prevenção e responsabilização legal dos crimes contra os ecossistemas; sede na Suécia.
- Movimento Global Católicos pelo Clima (hoje Movimento *Laudato Si'*)

Como dissemos antes, essas campanhas e plataformas são apresentadas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente como iniciativas inter-religiosas (*interfaith*), em vista da COP26 e COP27 (PNUMA/COP27, 2021). Às religiões presentes nas ações por Ênfase, acrescentam-se a expressão hinduísta Brahma Kumaris, os Irmãos Quakers e o movimento religioso Unitárioano. Seguem relevantes as iniciativas ecumênicas e inter-religiosas, com valorização das religiões tradicionais (Austrália, África do Sul e Suécia).

2.3 Entidades e projetos de ação continuada

No rol das iniciativas religiosas pela ecologia humana e ambiental, há também uma série de projetos de ação continuada, que se somam à lista anterior, como:

- Parceria Inter-Religiosa pelo Meio-ambiente (*The Interfaith Partnership for the Environment*), que envolve dezenas de países e religiões no Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (PNUMA).
- Fundação Islâmica para a Ecologia e Ciências Ambientais (*The Islamic Foundation for Ecology and Environmental Sciences*), com sede na Inglaterra.
- Centro Inter-Religioso para o Desenvolvimento Sustentável (*The Interfaith Center for Sustainable Development*), organizado pela Iniciativa das Religiões Unidas (URI) com sede nos EUA.
- Centro Islã & Ecologia (*Centre for Islam and Ecology*) da Universidade de Gales, no Reino Unido.

- Centro Islâmico Medina Baye de Aprendizado Ecológico-Ambiental (*Medina Baye Islamic Ecology and Environmental Learning Center*), que oferece treinamento e tecnologias de solução ambiental, com atuação em países da África.
- Ação Judaica por Justiça Climática (*Jewish Action for Climate Justice*).
- Movimento *Laudato Si'* (antigo *Global Catholic Climate Movement*).
- Fundação para a Restauração do Clima (*Foundation for Climate Restoration*).
- Rede Internacional Fé Verde (*GreenFaith International Network*).
- Centro Inter-Religioso para o Desenvolvimento Sustentável (*Interfaith Center for Sustainable Development*) de Jerusalém.
- Red Iglesias y Minería, com atuação nas Américas.
- Projeto Presente a Yemanjá Sustentável, iniciado por Rodrigo Carneiro com apoio dos terreiros de Candomblé; ativo em Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ) e outras cidades brasileiras.
- Instituto Terreiro Sustentável, das religiões de matriz africana, Rio de Janeiro, RJ.

Neste elenco se distinguem iniciativas de colaboração entre religiões e ciências, para o desenvolvimento sustentável e a justiça ambiental. O *Movimento Laudato Si'* é mencionado, com reformulação do que antes era o Movimento Global Católicos pelo Clima. A *Red Iglesias y Minería* tem importância particular para a América Latina, com participação ecumênica (cf. RED IGLESIAS Y MINERÍA, 2022). Entre as religiões tradicionais, há dois projetos brasileiros de matriz africana: o Projeto Presente a Yemanjá Sustentável, que promove a educação ambiental do *povo dos terreiros* por via do culto ao Orixá das águas salgadas. O Projeto visa à conversão ecológica das oferendas a Yemanjá lançadas ao mar, elaboradas com material biodegradável e não-poluinte. O Instituto Terreiro Sustentável (2022), por sua vez, é um “coletivo formado pela cosmovisão ancestral dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, sendo esta principalmente caracterizada por ter a Natureza e o respeito por todos os seres vivos como o ponto principal de sua cultura e existência”. Sua programação segue a *Agenda 2030 dos Povos de Terreiros* a partir de um quadro comparativo dos ODS com a cosmovisão ancestral do Candomblé: para cada Objetivo do Desenvolvimento Sustentável há um Orixá com atributos correspondentes (cf. 2022, p. 11-29).

Considerações finais

No que toca à quantidade das ações, redes e iniciativas por religião – incluindo os casos de parceria entre religiões, governos e ciências – temos o

seguinte resultado: Fé Baha'í: 1, Budista: 1, Cristãos (confissões cristãs separadamente): 8, Ecumênicas (confissões cristãs conjuntamente): 7, Hinduístas: 3, Inter-religiosas (diversas religiões conjuntamente): 21, Inter-religiosas com Governos e Ciências: 5, Jainista: 1, Judaicas: 3, Muçulmanas: 6, Religiões originárias (asiáticas, europeias, ameríndias e de matriz africana): 4. Fica evidente o despertar ecológico das religiões, especialmente a partir dos anos 90, em colaboração ecumênica e inter-religiosa, no diálogo com governos e ciências, com valorização das tradições ancestrais.

Do quanto discorreremos nessas páginas, sublinhamos o valor das religiões – com seus textos sacros, ritos e cosmovisões – para sanar uma episteme disjuntiva, marcada pela cisão entre humanidade e Natureza, com o olhar integrador e conectivo do Sagrado, que reverencia a biodiversidade como dádiva e a Terra, como Mãe. Diante da crise ambiental, climática e alimentar que se agrava desde a Primeira Modernidade, as religiões têm revisitado seu acervo simbólico, ético e espiritual, participando do diálogo entre saberes, fomentando virtudes ecológicas e engajando-se em iniciativas práticas.

Neste sentido, os conceitos e as ações apresentadas mostram o valor das religiões para a adequada articulação entre ecologia humana e ecologia ambiental, com seus pontos de tensão, mas também de proposição. Questões de educação ambiental, preservação da Natureza, desenvolvimento sustentável e justiça intergeracional têm interfaces com espiritualidade, virtudes, vínculos comunitários e solidariedade – como vemos nas iniciativas religiosas pela água, clima, energia limpa, conservação dos ecossistemas, justiça e direito ambiental.

Assim, as religiões têm participado e promovido a revisão de paradigmas na relação humanidade-Natureza, não só pelo diálogo de saberes, mas pela releitura de suas próprias fontes – das quais despontam, particularmente, elementos promissores para uma antropologia integral e integradora. Há uma tarefa hermenêutica importante, neste sentido, em vista de uma epistemologia ambiental que inclua a transcendência e a espiritualidade, capaz de despertar as consciências e motivar as ações.

Siglas

AAS	= <i>Acta Apostolicae Sedis</i>
ARRCC	= Australian Religious Response to Climate Change
CA	= Encíclica <i>Centesimus Annus</i>
COP	= Conference of the Parties on Climate Change
FORE	= Forum on Religion and Ecology, University of Yale
GS	= Constituição pastoral <i>Gaudium et Spes</i>
IPCC	= Intergovernmental Panel on Climate Change
ISNA	= Islamic Society of North America
LS	= Encíclica <i>Laudato Si'</i>
OA	= Carta Apostólica <i>Octogesima Adveniens</i>
ODS	= Objetivos do desenvolvimento sustentável, do PNUMA
ONU	= Organização das Nações Unidas
PNUMA	= Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente
REDA	= Rede Ecumênica da Água
SAFCEI	= Southern African Faith Communities Environment Institute
SRS	= Encíclica <i>Sollicitudo Rei Socialis</i>
UNEP	= United Nations Environment Programme
URI	= United Religions Initiative
UUMFE	= Unitarian Universalist Ministry for the Earth

Referências

- ACOSTA, A. Em busca da Pachamama: entrevista a Maëlle Mariette. *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 128, p. 1-6, março de 2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/em-busca-da-pachamama/>>. Acesso em: 30 dez. 2022.
- ALCORÃO Sagrado. Tradução de Samir El Hayek. São Paulo: Marsam Editora, 1994.
- BARROS, M. Os gemidos da criação: desafios à atual Teologia da Libertação. In: SUSIN, L. C.; SANTOS, J. M. dos (Orgs). *Nosso planeta, nossa vida*. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 139-158.
- BENTO XVI, Papa. Discurso ao clero da diocese de Bolzano-Bressanone: 6 de agosto de 2008. In: *Acta Apostolicae Sedis*, n. 100. Città del Vaticano: TPV, 2008. p. 634.
- BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.
- BOFF, L. *Ecologia, mundialização e espiritualidade*. São Paulo: Ática, 1993.
- BOFF, L. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- BOFF, L. *Sustentabilidade: o que é, o que não é*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CÁCERES AGUIRRE, A. Entre ecologia e ecosofia: passos para uma hermenêutica ecoteológica. In: SUSIN, L. C.; SANTOS, J. M. dos (Orgs). *Nosso planeta, nossa vida*. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 41-68.

CAPRA, F. *A teia da vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1998.

ELKINGTON, J. *Sustentabilidade: canibais com garfo e faca*. São Paulo: M. Books, 2011.

FERNÁNDEZ, V. M. Cinco claves de fondo para leer *Laudato si'*. In: CHICA ARELLANO, F.; GRANADOS GARCÍA, C. (Eds.). *Loado seas, mi Señor: comentario a la encíclica Laudato Si'* del papa Francisco. Madrid: BAC, 2016. p. 77-103.

FRANCISCO DE ASSIS. *Cântico das criaturas*. Disponível em: <<https://franciscanos.org.br/carisma/simbolos/o-cantico-das-criaturas#gsc.tab=0>>. Acesso em: 30 de dezembro de 2022.

FRANCISCO, Papa. *Encíclica Laudato Si' sobre o cuidado da Casa Comum*. São Paulo: Paulinas, 2015.

FREITAS, J. *Sustentabilidade: direito ao futuro*. 2.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

GIRAUD, G. L'Intervista. *Rivista Jesus* giugno di 2016, p. 49-52. Disponível em: <https://www.emi.it/image/data/rassegna%20stampa%202016/Je_06_2016_Giraud.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2022.

GIRAUD, G. Como enfrentar a crise ecológica e energética? *Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, 14. out. 2022. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/623005-como-enfrentar-a-crise-ecologica-e-energetica-o-novo-livro-de-gael-giraud>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

GORE, Al. *A Terra em balanço: ecologia e o espírito humano*. São Paulo: Gaia, 2008.

HÄRING, B. *Livres e fiéis em Cristo*. São Paulo: Paulinas, 1984. v. 3.

INSTITUTO TERREIRO SUSTENTÁVEL. *Agenda 2030 dos Povos de Terreiros* [edição 2022]. Disponível em: <<https://lkt.bio/terreirosustentavel>>. Acesso em: 29 dez. 2022.

JOÃO PAULO II, Papa. *Encíclica Sollicitudo Rei Socialis*. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html>. Acesso em: 21 dez. 2022.

JOÃO PAULO II, Papa. *Encíclica Centesimus Annus*. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html>. Acesso em: 22 dez. 2022.

KÜNG, H. *Projeto de ética mundial*. São Paulo: Paulinas, 2001.

LEIS, H. R. *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1999.

LOREK, S.; FUCHS, D. *Strong sustainable consumption governance: precondition for a degrowth path?* Münster: Universität Münster, FB Erziehungswissenschaft und Sozialwissenschaften, Institut für Politikwissenschaft, 2011.

MAÇANEIRO, M. *Religiões & Ecologia*. São Paulo: Paulinas, 2011.

MENDES, J. M. G. Dimensões da Sustentabilidade. *Inove*, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 49-59, 2009. Disponível em: <<https://unisantacruz.edu.br/v4/download/revista-academica/13/cap5.pdf>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2022.

MERICO, L. F. K. *Introdução à economia ecológica*. Blumenau: Da FURB, 1996.

- MOLTMANN, J. *Doutrina ecológica da criação*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- MOLTMANN, J. A Common Earth Religion: World Religions from an Ecological Perspective. *The Ecumenical Review*, v. 63, n. 1, p. 16-24, 2011.
- MORIN, E. *Introduction à la pensée complexe*. Paris: ESF, 1990.
- MURAD, A. (Org.). *Ecoteologia: um mosaico*. São Paulo: Paulus, 2016.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS/ODS. *Objetivos do desenvolvimento sustentável*. Disponíveis em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 22 dez. 2022.
- PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA. *Relatório Mudanças Climáticas 2022: impactos, adaptação e vulnerabilidade*. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-ii/>>. Acesso em: 28 dez. 2022.
- PAREDES, M. R. *Mitos, supersticiones y supervivencias populares de Bolivia*. La Paz: Arno Hermanos Libreros Editores, 1920.
- PAULO VI, Papa. Discurso à FAO no seu XXV aniversário: 16 de novembro de 1970. In: *Acta Apostolicae Sedis*, ano e vol. 62. Città del Vaticano: TPV. p. 833.
- PAULO VI, Papa. *Carta Apostólica Octogesima Adveniens* [1971]. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniens.html>. Acesso em: 22 dez. 2022.
- PENA-VEGA, A. *O despertar ecológico*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- PRANDI, R. *Os orixás e a natureza*. Disponível em: <<https://reginaldoprandi.fflch.usp.br/sites/reginaldoprandi.fflch.usp.br/files/inline-files/Os%20orixas%20e%20a%20natureza.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO-AMBIENTE. *Fé pela Terra 2008/a*. Disponível em <<https://www.unep.org/pt-br/sobre-o-pnuma/iniciativa-fe-pela-terra>>. Acesso em: 12 dez. 2022.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO-AMBIENTE. *Resolução da Assembleia Geral da ONU de 2008/b*. Disponível em: <<https://www.unep.org/events/conference/faith-based-engagement-cop27>>. Acesso em: 26 dez. 2022.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO-AMBIENTE. *Relatório Global de Desenvolvimento Sustentável 2022*. Disponível em: <<https://www.unep.org/pt-br/resources/relatorios/relatorio-global-de-desenvolvimento-sustentavel-2022>>. Acesso em: 26 dez. 2022.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO-AMBIENTE [COP27]. *Faith-based environmental engagement 2022*. Disponível em: <<https://www.unep.org/events/conference/faith-based-engagement-cop27>>. Acesso em: 28 dez. 2022.
- RED IGLESIAS Y MINERÍA (Org.). *Teologías, ecologías y extractivismos*. Bogotá: CELAM, 2022.
- SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- TAMAYO, J. J. A ecologia como lugar de encontro no diálogo inter-religioso. In: SUSIN, L. C.; SANTOS, J. M. dos (Orgs). *Nosso planeta, nossa vida*. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 111-124.

TEILHARD DE CHARDIN, P. *Mundo, homem e Deus*. São Paulo: Cultrix, 1986.

TEILHARD DE CHARDIN, P. *Hino do universo*. São Paulo: Paulus, 1994.

UNITED NATIONS. *Environment Programme: faith-based environmental engagement*. Disponível em: <<https://www.unep.org/events/conference/faith-based-engagement-cop27>>. Acesso em: 3 jan. 2023.

UNIVERSITY OF YALE. *Forum on Religion and Ecology*. Disponível em: <<https://fore.yale.edu/>>. Acesso em: 3 jan. 2023.

VEIGA, J. E. da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WHITE, L. Jr. The historical roots of our ecological crisis. *Science*, v. 155, n. 3767, p. 1203-1207, 1967.

Artigo submetido em 01.02.2023 e aprovado em 10.07.2023.

Marcial Maçaneiro SCJ é doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma). Docente do Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUCPR (Curitiba) e professor convidado do CEBITEPAL e da Corporación Universitaria UniMINUTO (Bogotá). Colabora como pesquisador junto ao Centro de Investigações em Teologia e Religião (CITER, Universidade Católica Portuguesa). Teólogo do Dicastério para a Unidade dos Cristãos (Vaticano). Orcid. org/0000-0003-3085-8588. E-mail: marcialscj@gmail.com

Endereço: Rua Guabirota n. 158
Prado Velho
80215-200 Curitiba – PR